

Aspectos Teológicos da Sustentabilidade da Igreja.

Contribuições do Programa de Sustentabilidade da Federação Luterana Mundial para a América Latina e Caribe.

Paulo Afonso Butzke

Introdução

Assim como todas as organizações da sociedade, as igrejas também refletem a respeito de sua sustentabilidade e implementam ações com o intuito de assegurá-la. Da mesma maneira, as igrejas luteranas da América Latina e Caribe filiadas à Federação Luterana Mundial (FLM), desde seu surgimento – seja por imigração ou iniciativas missionárias, procuram viabilizar sua projeção sustentável no tempo. Há alguns anos, porém, refletem e agem motivadas pela discussão e reflexão em torno de sua “sustentabilidade”. É um termo novo para algo conhecido. Mas há algo mais: é um termo novo ao qual se ligam expectativas em torno de novas práticas eclesiais que suscitem esperanças de renovação da igreja e de dinamização de sua missão.

Desde 2005, por iniciativa do então secretário da FLM para a América Latina e Caribe, Rev. Martin Junge, a sustentabilidade das igrejas passou a ser objeto de reflexão conjunta, ocupando espaço nas conferências das lideranças eclesiais da região. Assim após terem sido iniciados diálogos na Conferência de 2005 em Bogotá/Colômbia, o tema surge na pauta de reflexão da Conferência de 2006 em Coronado/Costa Rica. A inclusão do tema está cercada de cuidados e se considera importante esclarecer que a “...intenção não é propor modelos e paradigmas válidos para toda a região, mas oferecer insumos para iniciar uma discussão na conferência”¹. Estes “insumos” iniciais foram apresentados pelo Rev. Dr. Nestor Friedrich que em sua palestra propõe uma concepção de sustentabilidade eclesial a partir da convergência adequada entre edificação missionária da igreja (“*oikodoméo*”) e a administração responsável e eficiente de seus recursos (“*oikonomia*”)². Friedrich sugere, assim, investimento na qualificação das atividades-fim da igreja (evangelização, comunhão, diaconia e liturgia) e investimento na qualificação das atividades-meio da igreja (administração transparente, planejamento, comunicação eficiente, estabelecimento de prioridades). Após a palestra, seguiu-se debate a partir do qual os/as participantes da conferência apontaram assuntos prioritários para uma agenda de trabalho: reflexão acerca dos modelos eclesiológicos, reflexão acerca dos modelos de formação de liderança, reflexão acerca das possibilidades de uso das

¹ Memórias da Conferência de Liderazgo 2006. 24-28 de abril de 2006, Coronado, Costa Rica. Genebra: Federação Luterana Mundial, 2006. P. 19.

² “*Oikodoméo*” significa a “edificar a casa”, enquanto que “*oikonomia*” significa “administrar a casa”. Sobre “*oikodoméo*” veja as passagens de Rm 14.19; 15.2; 1 Co 3.9; 14.3,5,26; 2 Co 12.19; Ef 2.21; 4.12, 16. Sobre “*oikonomia*” veja Lc 12.4; 16.2; 1 Co 4.1; 9.17; 12.4; Tt 1.7; 1 Pe 4.10.

ferramentas do planejamento em âmbito eclesiástico e a reflexão acerca do compartilhamento dos recursos financeiros da comunhão luterana internacional.

A agenda de trabalho proposta nesta ocasião reflete com exatidão a situação desafiadora na qual vive o luteranismo latino-americano e caribenho no início deste terceiro milênio. Rev. Martin Junge sistematizou³ estes desafios: as dificuldades que as igrejas oriundas da imigração encontram para contextualizar seu modelo eclesiológico e missionário; em geral constata-se também a ausência de modelos eclesiais autóctones para a inserção em situações de pobreza e exclusão social; acresce-se a isso, a emergência de modelos eclesiais exitosos provenientes de meios evangélicos-pentecostais, o que aumenta insegurança e frustração. Ligado ao desafio dos modelos, há o desafio do próprio projeto eclesial, exemplificado na tensão entre um modelo centrado na manutenção do que resta de tradição eclesiástica e modelos que desejam vivenciar a missão integral - que, por sua vez, tem dificuldade de integrar o eclesial e o social. Soma-se ao que foi dito, o desafio dos recursos tanto econômicos quanto humanos. Quanto aos recursos econômicos observa-se o empobrecimento da base social da igreja, a falta de uma prática ou cultura de mordomia cristã, e grandes mudanças na cooperação ecumênica internacional, que dispõe de cada vez menos recursos para financiar a manutenção das igrejas luteranas na região. Quanto aos recursos humanos, observa-se flagrante pastorcentrismo e a dificuldade de ativar o sacerdócio geral, além de equívocos na formação teológica que, por sua vez, levaram a dificuldades no âmbito da identidade confessional de membros e igrejas. Neste último desafio, dois aspectos se retroalimentam: a concentração da capacidade de articulação teológico-confessional em poucas pessoas e a pressão de teologias “mais fáceis” oferecidas pelo mercado religioso circundante. Por fim, Junge cita o desafio dos modelos de gestão e participação e aponta problemas como a centralização e a concentração do poder político-eclesiástico e, conseqüentemente, também dos recursos econômicos, a desconexão entre as oficinas centrais das igrejas e as bases comunitárias. Resumindo, aponta a ausência de consensos amplos em torno da identidade teológica e dos modelos eclesiais e sua gestão.

A Conferência de 2006 incumbiu um grupo animador⁴ de sistematizar a proposta de trabalho em torno da sustentabilidade eclesiástica e propor estratégias para sua realização prática. Em coerência com as reflexões havidas, este grupo definiu o objetivo central do Programa de Sustentabilidade destinado a “motivar e alimentar a reflexão e as ações que propendam à projeção sustentável das igrejas luteranas membro da FLM na América Latina.”⁵ Além disso, estabeleceu os três eixos centrais do programa : a) pensando e construindo a igreja; b) Planejamento Estratégico Participativo e c) desenvolvimento de recursos humanos e econômicos. Propôs, ademais, implementar o programa através da formação de um grupo de referentes

³ Conferencia de Liderazgo 2008. Iglesias Miembro de la Federación Luterana Mundial em America Latina. 31 de maio al 4 de abril 2008. Zamorano/Honduras. Memória. p. 125.

⁴ Composto pela Rev. Adita Torres (Peru), Rev. Ilo Utech (Nicarágua), Rev. Paulo Butzke (Brasil), além do secretário da FLM para a América Latina, Rev. Martin Junge. A partir do primeiro encontro de referentes ocorrido em novembro de 2007 em Manágua, somam-se ao grupo animador, dois facilitadores: Diac. Maria Elena Parras (Argentina) e o Arquitecto Gustavo Driau (Argentina).

⁵ Con confianza en el porvenir”. Definiendo horizontes para la proyección sustentable de las iglesias luteranas miembro de la FLM en América Latina. Programa de las iglesias miembro de la FLM en América Latina en conjunto con la Federación Luterana Mundial para el período 2007 – 2010. documento conceptual para la discusión. p. 4.

oriundos das diferentes igrejas para receberem formação em sustentabilidade eclesialística a partir dos eixos descritos em encontros específicos.⁶

Neste período de configuração do Programa de Sustentabilidade dois documentos tornaram-se a base para a reflexão e motivação dos/as referentes e suas igrejas. O primeiro deles, elaborado por mim, intitula-se “Lançar as redes em águas mais profundas – perspectivas para o futuro da IECLB”, um artigo teológico apresentado na forma de palestra ao XXV Concílio da IECLB em outubro de 2006. O texto apresentou três desafios prioritários da IECLB: o desafio da sustentabilidade eclesialística, o desafio do crescimento quantitativo e qualitativo e o desafio da identidade (e da formação cristã continuada). O Segundo texto, elaborado pelo Rev. Martin Junge, intitula-se “Con confianza en el porvenir – Definiendo horizontes para la proyección sustentable de las iglesias luteranas miembro de la FLM em América Latina”⁷. Trata-se do documento conceitual para a discussão em torno da sustentabilidade e o delineamento estratégico do Programa da FLM. Ambos os textos são importantes para a compreensão do desenvolvimento do Programa de Sustentabilidade.

Intenção do presente artigo não é repetir os enunciados dos documentos citados. Deseja aprofundar a discussão em torno dos três eixos do Programa de Sustentabilidade e também de algumas das ênfases complementares que se tornaram importantes, (especialmente a espiritualidade e a justiça de gênero). Assim, quer abrir novas perspectivas, iluminar e motivar a continuidade da reflexão, oferecendo novos subsídios e impulsos para a formação em sustentabilidade eclesialística.

Sustentabilidade – um assunto também para as igrejas?

Um pouco de história

Historicamente, o conceito de sustentabilidade surge nas empresas e designava o equilíbrio entre os investimentos feitos na produção e a recuperação destes através dos lucros das vendas dos produtos. Também nas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, setor ao qual também pertencem as igrejas, frequentemente observa-se este mesmo conceito, voltado apenas à sobrevivência financeira. A complexidade do mundo atual, porém, tornou esta concepção obsoleta porque insuficiente. Desde os anos oitenta do último século, observa-se a adaptação do conceito de sustentabilidade a uma complexidade cada vez maior do mundo e da sociedade, impulsionada especialmente pela questão ambiental. Foi Robert Allen que introduziu o conceito “desenvolvimento sustentável” no livro “How to Save the World”⁸, um resumo de um livro publicado pelas ONGs IUCN (International Union for Conservation of

⁶ Veja a documentação dos encontros de referentes no blog do Programa de Sustentabilidade: <http://sustentabilidad.wordpress.com/>

⁷ Ambos os textos estão disponíveis no endereço <http://sustentabilidad.wordpress.com/category/caja-de-herramientas/biblia-y-teologia/>

⁸ Robert Allen. How to Save the World. Strategy for World Conservation. Toronto: Prentice-Hall, 1980. 144 p.

Nature), WWF e pelo Programa Ambiental das Nações Unidas. O termo sustentabilidade passou a ser discutido amplamente a partir da publicação do Relatório Brundtland da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1988 intitulado “Nosso Futuro Comum”⁹ e que definia desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades. Esta definição inspirou muitas organizações sociais a buscarem uma gestão responsável¹⁰ capaz de proporcionar uma projeção sustentável no tempo.

A visão bíblica

A partir da fé cristã, compreendemos o mundo como um sistema complexo e interdependente, capaz de oferecer os recursos necessários para a vida de todos os seres vivos. Porém, a destruição e desconexão das redes mantenedoras deste sistema acabaram criando concentração de riqueza nas mãos de poucos e a escassez e a exclusão de muitos, processo que, além de tudo, degradou e ofendeu a natureza, que cada vez menos tem condições de garantir a sobrevivência neste planeta. A definição de sustentabilidade apresentada acima somente pode ser esperada da reconexão das redes promotoras e geradoras de vida e do respeito ao fato de que este mundo é um sistema integral. Esta visão “holística” (de “*hólos*” – “inteiro”, “completo”) do mundo corresponde à cosmovisão bíblica que compreende o mundo como “*oikos*”, “casa” de Deus na qual todos os elementos estão interligados, são interdependentes e recebem vida a partir de seu Espírito. Para a Bíblia, sustentabilidade em todos os sentidos, depende da relação de vida com o criador: “Que variedade, Senhor, nas tuas obras! Todas com sabedoria as fizeste; cheia está a terra das tuas riquezas. (...) Todos esperam de ti que lhes dês de comer a seu tempo. Se lhes dás, eles o recolhem; se abres a mão, eles se fartam de bens. Se ocultas o teu rosto, eles se perturbam; se lhes cortas a respiração, morrem e voltam ao pó. Envias o teu Espírito e eles são criados e assim renovas a face da terra.” (Salmo 104. 24, 27-30).

O teólogo Fulbert Steffensky expressou a visão holística a partir da espiritualidade cristã:

“Dominar o mundo, retirar-se das relações fraternas de todos os elementos da natureza e, assim, negar a Deus como o fundamento que vincula o todo – isto tem consequências para nossas possibilidades de continuar vivendo neste mundo.”¹¹ “Ninguém vive para si e ninguém morre para si mesmo. Em cada vida flui uma torrente que tudo sustenta e tudo interliga. (...) Buscar a conexão equivale a buscar o sentido. Sentido só tem o que pode ser relacionado a outro... Vivemos em relação ou estamos constantemente ameaçados pela

⁹ O texto em português pode ser encontrado em <http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>

¹⁰ Veja os parâmetros de desenvolvimento institucional de organizações da sociedade civil sugeridos por Domingos Armani e sua transferência para a realidade da igreja. In: Memoria e syntesis encuentro presencial El Salvador. Ayagualo, 23-25 de noviembre de 2020. p. 17-20. Disponível em <http://sustentabilidad.files.wordpress.com/2011/03/memoria-y-sc3adntesis-ayagualo-final.pdf>

¹¹ Fulbert Steffensky. Wo der Glaube wohnen kann. Stuttgart: Radius, 2008. p. 15.

morte.” (...) “A fé em Deus ensina em primeiro lugar: toda vida está interligada.”¹²

Desta forma, a fé significa a superação da desarmonia, das desconexões, dos conflitos e rupturas pelo pecado, compreendido biblicamente como ruptura de relacionamentos. A fé baseia-se na reconciliação e restauração conquistadas por Cristo e sua obra salvífica. Igreja passa a ser o espaço no qual reconciliação e restauração é vivida e experimentada. Ela é sinal de um mundo reconciliado e, por isso, sustentável. O chamado para o retorno ao Criador: este é o Evangelho que cria a igreja e devolve a esperança ao mundo. Através da igreja, o Evangelho gera um espaço de experiência graciosa da vida presenteada por Deus. Igreja é instrumento do agir do Deus da vida. O Evangelho lembra também que Deus não quer apenas manter e sustentar este mundo como sua casa – ele também quer conduzi-lo à plenitude. E esta não é outra senão a restauração de seu estado original acerca do qual Deus afirmou: “Viu Deus tudo quanto fizera e eis que era bom” (Gn 1.31). A imagem bíblica desta plenitude é o “Reino de Deus” no qual “habita justiça”, a nova cidade de Deus, a nova Jerusalém, na qual todos estarão reconciliados e renovados. Enfim, a casa de Deus na qual será celebrada a ceia festiva do Reino de Deus consumado.

Igreja é parte desta “casa de Deus”. Ela tem tarefa importante – de colaborar na sua boa administração (*oikonomia*) e de ser defensora solidária da vida de todos seus habitantes. Através de seu agir, surgem espaços de vida, de reconciliação, de cura, de restauração e de desenvolvimento. E não por último, através de seu testemunho solidário, alimenta ações solidárias visando a sustentabilidade da boa criação de Deus¹³.

Igreja como organização social

A sociedade moderna caracteriza-se por complexidade e diferenciação. O processo de transição de uma sociedade pré-moderna para uma sociedade moderna no ocidente, modificou radicalmente a posição da religião e das igrejas. Na sociedade pré-moderna, medieval, a religião assegurava a unidade da sociedade, cujas funções centrais estavam sob a influência da igreja. Os reis compreendiam-se como instituídos por Deus e eram legitimados pela igreja. O cotidiano das pessoas se orientava pelos símbolos religiosos e pelo calendário litúrgico. A cultura era expressão da fé e da religiosidade. Com o processo de modernização, a unidade descrita é desfeita. Política, economia, ciência e cultura tornam-se sistemas autônomos geridos por referenciais próprios e, portanto, fora do controle de religião e igreja. Cada um destes âmbitos da sociedade moderna também estipulou para si uma área de competência: a política preocupa-se com o poder e com seu exercício, a economia é responsável pelo sustento e regula a circulação monetária, a ciência está engajada na busca pelo conhecimento e a religião responde perguntas pelo sentido da vida.

Para as igrejas, este processo de diferenciação da sociedade moderna – que também é um processo de secularização – pode gerar o sentimento de perda de relevância. Pois, a partir da fé ou dos interesses eclesiais, as igrejas estavam acostumadas a

¹² Idem, p. 33-34.

¹³ Ações em prol da sustentabilidade e da solidariedade humana estão descritas no livro inspirador e desafiador de Gínia César Bomtempo (org.). Assim na terra como no céu: experiências socioambientais na igreja local. Viçosa: Ultimato, 2011. 150 p.

influenciar e determinar todos os âmbitos da vida em sociedade. No estado moderno, as igrejas passaram a ser organizações sociais situadas num plano intermediário – entre os sistemas sociais simples e a sociedade como um todo. Através das organizações sociais, a sociedade moderna reduz sua complexidade e cria funções sociais diferenciadas. As igrejas, organizações sociais do âmbito da religião, assim, são responsáveis pela elaboração de respostas à questão dos valores e à questão do sentido da vida humana.

Característica das organizações sociais é a formalização de sua estrutura e a especificação de seus objetivos a partir de sua identidade, tornando-se, assim, capaz de interagir com o meio circundante, oferecendo-lhe sua colaboração e extraíndo dele os recursos para sua sobrevivência. Aqui é importante diferenciar dois tipos de organizações: aquelas voltadas ao lucro material (*profit-organisations*) e aquelas que não tem o lucro como objetivo de sua existência (*non-profit-organisation*). A este segundo grupo, voltado à realização de idéias e convicções, pertencem as igrejas.

A compreensão sistêmica

Nas últimas décadas, a teoria dos sistemas contribuiu decisivamente para uma melhor compreensão das organizações sociais. Pode, portanto, ajudar a compreender melhor a igreja enquanto organização social. O pensamento sistêmico se desenvolveu no diálogo entre a biologia, a física e as ciências humanas e sociais. Em sua vertente sociológica¹⁴, a teoria dos sistemas oferece um novo paradigma para a compreensão dos fenômenos sociais como grupos, instituições - portanto também de comunidades e igrejas - e para a sociedade como um todo. Por considerarmos o pensamento sistêmico como fundamental para a compreensão da igreja no mundo atual, oferecemos a seguir uma breve introdução¹⁵.

Sistemas são relações ordenadas entre elementos. Estas relações mútuas dos elementos de um sistema são bem mais intensas que as relações com outros elementos externos. Surge, assim, um limite entre o sistema e seu ambiente circundante.

Sistemas tem a capacidade de reduzir a complexidade da sociedade oferecendo orientação e sentido em um mundo de múltiplas opções, muitas vezes contraditórias e concorrentes. Igualmente reduzem a contingência, ou seja, a tendência humana de agir de forma instável e imprevisível, oferecendo desta forma um ambiente estável e regrado de convivência.

Através da redução de complexidade e contingência, cresce a harmonização de interesses, a seleção de temas e a regulamentação das interações. Resultado é o surgimento de um espaço organizado para a comunicação efetiva e a ação coordenada, visando o alcance de determinados objetivos. A coerência do sistema assegura a unidade de seus elementos, reforçada por símbolos, rituais e normas

¹⁴ Desenvolvida especialmente por Niklas Luhmann (Niklas Luhmann. *Soziale Systeme. Grundriss einer allgemeinen Theorie*. 4.ed. Frankfurt: Suhrkamp, 1991. 674 p.). Nesta breve exposição nos reportamos ao trabalho de Niklas Luhmann e Helmuth Willke (Helmuth Willke. *Systemtheorie I: Grundlagen*. 7.ed. Stuttgart: Lucius & Lucius, 2006. 272 p.).

¹⁵ Sugerimos também a leitura de Gustavo Driau "Pensar con enfoque de sustentabilidad" - <http://sustentabilidad.files.wordpress.com/2010/08/pensar-con-enfoque-de-sustentabilidad.doc>

próprias - em outras palavras, pela constituição de sentido. Entre o que faz sentido e o que não faz sentido surge um limite, constituindo-se em fronteira que delimita o interior do sistema de seu ambiente circundante. Limites de sentido são, pois, constitutivos para os sistemas sociais. Para a sustentabilidade de um sistema é, pois, determinante que ele tenha, por um lado, a capacidade de manter estável o limite para o ambiente externo e, por outro, a capacidade de continuamente reconstituir sua coerência interna. A este processo de permanente reconstituição, o pensamento sistêmico chamou de *autopoiesis*, ou seja, a capacidade intrínseca da auto-criação. À coerência de um sistema pertence a identidade que advém da resposta a duas perguntas fundamentais: “quem somos?” e “para que estamos aí?”. Respostas assertivas a estas perguntas reforçam a identidade e demarcam o limite quanto ao meio circundante. É importante ressaltar que à medida em que um sistema estabiliza e clareia a própria identidade, aumenta as possibilidades de interagir positivamente com o ambiente circundante – o que, por sua vez, aumenta as chances do sistema se consolidar e crescer.

Isto já aponta para a importância da relação do sistema com seu meio circundante. Na verdade, qualquer sistema nasce e se desenvolve a partir de recursos do meio circundante. A teoria dos sistemas fala em “meios relevantes” para descrever os diferentes recursos que alimentam o sistema: as pessoas, as idéias, o tempo, o dinheiro e outros recursos materiais. Sistemas são sustentáveis enquanto lhes é possível extrair de seu entorno os recursos necessários para sua conservação e desenvolvimento. “Um sistema é estável quando consegue adaptar-se ao seu meio. É ‘ultra estável’ quando consegue melhorar sua capacidade de adaptação. O nível mais elevado de estabilidade dá-se quando um sistema consegue influenciar seu meio de tal forma que este lhe sirva.”¹⁶

Reações sistêmicas

Um sistema é muito mais do que a soma de seus elementos. Ele desenvolve “qualidades emergentes” que não se explicam a partir da qualidade dos elementos que o compõe. É na conexão entre os elementos que esta “qualidade emergente” surge. No pensamento sistêmico, pois, não faz muito sentido analisar os elementos de forma isolada. Mais importante é reconhecer as relações e os vínculos que surgem entre os elementos. Como as relações entre os elementos não são lineares, também não é possível prever com exatidão as reações do sistema a determinadas modificações. Dificilmente se observará reações de causa e efeito lineares. Em geral, as reações são circulares e não imediatas.

Nos sistemas há várias formas de reação e retroalimentação (*feedback*).

“Retroalimentação negativa” ocorre quando o crescimento de um fator provoca o decréscimo de outro. Assim, o aumento da quantidade de pastores/as em uma igreja pode significar o decréscimo da motivação de leigos/as. Menos pastores/as, por outro lado, pode motivar leigos/as a um maior engajamento na vida comunitária.

“Retroalimentação positiva” ocorre quando o crescimento de um fator leva ao crescimento de outros fatores. Na vida comunitária um investimento maior na visita geralmente leva a uma maior participação na vida comunitária, especialmente no que diz respeito ao aumento na frequência de cultos. Igualmente,

¹⁶ Herbert Lindner. Kirche am Ort. Eine Gemeintheorie. Stuttgart: Kohlhammer, 1994. p. 61.

um investimento maior na formação de colaboradores/as leva a um aumento na motivação e na qualidade do trabalho eclesialístico.

As relações comunicativas ideais de um sistema denomina-se “sinergia”. Quando ocorre sinergia, as conexões, vínculos e comunicações entre todos os elementos são harmônicas, sustentando-se mutuamente e provocando o desenvolvimento positivo do sistema. É o estado ideal para o fomento da sustentabilidade.

Liderança na perspectiva sistêmica

O pensamento sistêmico certamente também irá renovar a compreensão do exercício da liderança. Ações lineares, baseadas em hierarquias ou intervenções externas não surtem os efeitos desejados. No pensamento sistêmico, liderança está voltada para o desenvolvimento do todo e procura fortalecer as capacidades descentralizadas de auto-gestão. Liderança é o lugar onde o todo é refletido e a partir do qual os resultados da reflexão novamente são colocados à disposição do sistema. Liderança sistêmica percebe onde desenvolvimentos estão tolhidos ou interrompidos. Preocupa-se para que recursos cheguem ao lugar certo. Estabelece conexões para facilitar a comunicação, que é circular, baseada em relacionamentos. Ela mantém o foco de todos na tarefa e nos objetivos da organização - pois entende a organização como um instrumento para o alcance de objetivos comuns.

A forma como a liderança intervém no sistema caracteriza-se pelo cuidado, pela suavidade, sempre considerando o impacto sobre o todo. Procura, assim, utilizar capacidades analíticas e criativas do próprio sistema. Supera, portanto, a fixação nas carências para orientar-se nos recursos, apoiando a sua ativação e desenvolvimento. Convencida de que mudanças e transformações rumo ao desenvolvimento do sistema não ocorrem de forma linear, poupa energia em conflitos e não investe em estruturas hierárquicas e autoritárias. Em lugar disto, procura desenvolver modelos e estruturas sistêmicas capazes de se auto regular e gerir. Desenvolver uma concepção de liderança que serve e facilita o desenvolvimento de todo o sistema é, pois, a base para a sua sustentabilidade.

Uma forma importante de exercer liderança é propor e facilitar o planejamento estratégico participativo (PEP)¹⁷. Na perspectiva sistêmica, este planejamento irá investir nas capacidades do sistema e confiar nas possibilidades de criar redes com outros sistemas com objetivos comuns. Junto com o reconhecimento de necessidades, o planejamento irá mapear e conectar capacidades e recursos com o objetivo de criar sinergia. Portanto, perguntas centrais são: quais são nossas capacidades, onde outras capacidades estão disponíveis, como podemos formar uma rede de relacionamentos para suprir necessidades e gerar sustentabilidade duradoura?

Sustentabilidade Eclesialística – fruto de agir do Espírito ou do planejamento humano?

No primeiro Encontro de Referentes do Programa de Sustentabilidade, realizado em Manágua em novembro de 2007, ao iniciar a reflexão sobre as possibilidades de

¹⁷ O Programa de Sustentabilidade disponibiliza vários auxílios para a realização do planejamento estratégico participativo na igreja. Veja no endereço <http://sustentabilidad.wordpress.com/category/caja-de-herramientas/planificacion-estrategica-participativa/>

desenvolvimento institucional e a utilização de ferramentas de gestão organizacional visando a sustentabilidade da igreja, surgiu entre os/as referentes, uma preocupação fundamental: “Como reflejar a dimensión del Espíritu?”¹⁸ Nesta pergunta se expressa o receio de dispensar o agir divino e, em seu lugar, passar a confiar na eficácia de métodos, planos e estratégias humanas no processo de edificação da igreja. Trata-se de uma inquietação justa que necessita ser refletida teologicamente.

Não se trata de questão nova. Em todas as áreas da Teologia Prática, sempre de novo nos deparamos com a pergunta pela relação entre o agir de Deus e o esforço humano, entre o Espírito e o planejamento estratégico, entre o dom da graça e a metodologia. Na área do aconselhamento pastoral, por exemplo, ocorreu a reflexão sobre a possibilidade de se utilizar conhecimentos e métodos da psicologia; na homilética, perguntou-se acerca da possibilidade de se utilizar métodos e conhecimentos da retórica e da teoria da comunicação na elaboração e apresentação da prédica. Agora, no âmbito do desenvolvimento e edificação da igreja, pergunta-se pelas possibilidades de se utilizar conhecimentos e métodos provenientes da gestão de organizações, do planejamento estratégico, do marketing, da teoria de sistemas. Para elucidar teologicamente este relacionamento, recorro a duas concepções teológicas: a reciprocidade teonômica e a relação entre igreja invisível e igreja visível.

A reciprocidade teonômica

Trata-se da concepção desenvolvida pelo teólogo Rudolf Bohren em sua importante obra sobre a prédica intitulada “Predigtlehre”¹⁹. Na relação entre Espírito e método, Bohren decide-se primeiramente a confiar totalmente no Espírito: “para pregar necessito acima de tudo o Espírito Santo.”²⁰ Isto vale tanto para o preparo quanto para a apresentação da prédica. Assim, “o Espírito se revela como a origem, o poder e o objetivo da prédica”²¹. Paradoxalmente, o primado do Espírito possibilita uma nova ênfase no humano e no que podemos realizar. Em outras palavras, o ponto de vista pneumatológico possibilita dignificar o aspecto antropológico - com sua arte, sua técnica, seus métodos. Como é possível afirmar, ao mesmo tempo, o primado do teológico e dignificar o humano? Neste ponto, Bohren aponta para as diferenças estruturais entre cristologia e pneumatologia: Deus age de forma diferente na encarnação (Cristo) e em pentecostes (Espírito). A cristologia afirma que Cristo nos outorga a salvação através de seu sacrifício na cruz - isto sem nossa participação. Ela ocorre em substituição e é *extra nos*. A pneumatologia, por sua vez, afirma que o Espírito que vive em nós deseja agir com a nossa participação. O Espírito é um espírito de sinergia que age em reciprocidade, correlação, correspondência. Esta reciprocidade, porém, é uma “reciprocidade teonômica”²². Ela é “teonômica” porque Deus é seu sujeito e não produto de nossos esforços. Apenas pode ser pedida em oração, aguardada em esperança e recebida com ações de graça. Ela parte da iniciativa de Deus, que nos envolve, nos anima, nos ativa, nos convida a sermos seus/suas

¹⁸ Con confianza en el porvenir. Síntesis del Primer Encuentro de Referentes Programa sobre sustentabilidad – Federación Luterana Mundial. Managua, 5 al 9 de noviembre de 2007. p. 3.

¹⁹ Rudolf Bohren. Predigtlehre. 5.ed. München: Chr.Kaiser, 1986. 592 p.

²⁰ Op.cit., p. 66.

²¹ Idem, p. 74.

²² Idem, p. 76.

colaboradores/as. Esta reciprocidade, porém, somente pode ser afirmada no âmbito da pneumatologia. No âmbito da cristologia, seria uma heresia grosseira. Desta forma, o milagre divino e a técnica humana, o Espírito e o planejamento podem caminhar juntos como parceiros, pois o Espírito dignifica nosso trabalho e esforço. Fundamental é que esta reciprocidade deve permanecer sob o primado teológico. Se os métodos, a técnica, o planejamento humano reivindicarem autonomia, tornar-se-ão “servos inúteis” (Mt 25.30). Da mesma forma, nossos objetivos deverão se submeter à vontade de Deus e nossa atividade deverá manter-se na dependência da bênção de Deus. Formulado com uma imagem bíblica: “Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” (Sl 127.1). Na prática, isto significa: em todo planejar e agir é necessário manter a atitude orante, confiando nas promessas de Deus. Trata-se, pois, de um uso espiritual dos métodos, o que é muito mais do que uma simples transposição dos mesmos para o contexto da igreja.

A relação entre igreja invisível e igreja visível

Nos Artigos de Esmalcalda, Lutero definiu a igreja como os “santos crentes e os cordeirinhos que ouvem a voz do bom pastor” – uma definição eclesiológica pela qual até “uma criança de sete anos sabe o que é igreja”²³. Para Lutero, Igreja compreende aquelas pessoas que se reúnem para ouvir a palavra de Evangelho, para orar, para receber perdão, para celebrar os sacramentos, para consolar-se e aconselhar-se mutuamente. Lutero inspira-se em Mt 18.20: “onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali estarei no meio deles”. Vemos, assim, que a eclesiologia luterana coincide com a dos Evangelhos: duas, três ou mais pessoas se reúnem em nome de Cristo, invocam seu nome, ouvem sua palavra, partilham pão e vinho. Este evento é possível planejar e organizar. Mas, então é dito: neste encontro o próprio Cristo se faz presente. A fé percebe que as pessoas são consoladas, transformadas, restauradas neste encontro humano – porque o ressurreto está presente com seu poder. E justamente isto não é possível planejar ou organizar. Isto só é possível pedir e esperar em fé – e se acontece, é presente divino, somente perceptível aos olhos da fé. São os dois lados da mesma igreja – de um lado vemos o encontro humano que é passível de planejamento e organização; de outro lado vemos a realidade espiritual, o presente e o dom divino. Um lado é visível e depende muito de nosso esforço e trabalho. Os escassos recursos humanos e materiais nos obrigam a planejar e administrar de forma profissional e efetiva. Já o lado invisível, que Lutero considera a verdadeira igreja, é evento e realidade criada pelo Espírito de Deus através de sua palavra e seus sacramentos, não está à disposição, não pode ser influenciado e vive da plenitude divina.

Enquanto que o lado visível nos leva ao trabalho à organização, o lado invisível nos leva à oração e à adoração. Espiritualidade e gestão – certamente diferentes, mas, na edificação da igreja, devem constituir uma aliança sinérgica. Mantendo o primado do teológico – resguardando o que faz a igreja ser igreja - o chamado de Cristo através do Evangelho que na força do Espírito cria fé e comunhão – é possível “organizar o

²³ Livro de Concórdia, p. 338

organizável”²⁴. Desta forma uma boa gestão pode ser comparável ao “preparar o caminho” (Mt 3.3) para o milagre da fé e da igreja.²⁵

Modelos do ser igreja

Quem pergunta e busca por modelos do ser igreja necessariamente necessita perguntar pelos critérios eclesiológicos bíblico-confessionais. Não se trata de destilar do testemunho neotestamentário um modelo eclesiológico a ser implementado nas igrejas atuais, mesmo porque a pesquisa bíblica evidenciou a pluralidade de estruturas e formas de organização de comunidades e ministérios no Novo Testamento. Eis a pergunta que nos move: constatada a pluralidade no Novo Testamento, há critérios eclesiológicos fundamentais que tem importância normativa também para a organização eclesial atual? A pesquisa bíblica comprovou que a igreja enquanto comunhão de pessoas, isto é, enquanto organização social, desde os primórdios, não conseguiu subsistir sem um mínimo de formas e estruturas institucionais. Percebe-se que a fé, para ser vivida de forma autêntica, necessita da comunhão eclesial, a organização social da fé. A seguir, expomos o desenvolvimento histórico destas formas e estruturas institucionais da igreja em seus primórdios, apontando para os critérios que nortearam seu estabelecimento.

Jesus e círculo de seguidores/as

Jesus não fundou a igreja nem instituiu ministros/as. Mas com o chamado ao discipulado, a constituição da comunhão dos discípulos e a ordem de servir, Jesus colocou impulsos que determinaram o desenvolvimento organizacional posterior da igreja.

A todos/as os/as seus/suas ouvintes, Jesus dirigiu o chamado ao arrependimento em vista da presença do Reino de Deus e estendeu o convite a uma nova comunhão com Deus (Mc 1.15). Porém, o chamado ao discipulado integral foi dirigido somente a alguns. Deles/as Jesus exigiu deixarem suas profissões (Mc 1.18; 2.14), suas famílias (Mt 8.19-22), suas propriedades e bens (Mc 10.17-22), para passar a participar da vida peregrina de Jesus (Mt 8.20). Os discípulos estavam ligados a Jesus em uma comunhão de serviço em um tempo de irrupção escatológica e sua principal tarefa era chamar Israel ao arrependimento, oferecendo a salvação através de palavra e ação (Mc 6.1-13). O relacionamento de Jesus com seus discípulos corresponde ao que se observa nos movimentos profético-carismáticos que já no Antigo Testamento haviam sido importantes (1 Re 19.19-21) e que no tempo de Jesus experimentavam renascimento.

²⁴ Herbert Lindner. Kirche am Ort. Ein Entwicklungsprogramm für Ortsgemeinden. Stuttgart: Kohlhammer, 2000. p. 32-33.

²⁵ Michael Herbst. Spiritualität, Gemeindeaufbau und Marketing. In: Herbst, Michael (org.). Spirituelle Aufbrüche: Perspektiven Evangelischer Glaubenspraxis. Festschrift Für Manfred Seitz Zum 75. Geburtstag. Göttingen: Vandenhoeck, 2003. p. 191.

Ao lado dos discípulos, havia um grande número de seguidores que permaneceram em suas vidas cotidianas. Certamente acompanharam Jesus esporadicamente e se submeteram ao seu ensino, além de o apoiarem com seus bens materiais e residências (Mc 14.3; Lc 10. 38s; Jo 11.1s). O limite entre os “doze” e os demais seguidores não era fixo. Cada qual tinha a liberdade de definir o grau de seu engajamento, evidenciando o Reino de Deus como um espaço de liberdade.

O número “doze” tem caráter simbólico, apontando para a integralidade do povo de Deus e suas doze tribos, que nos tempos de Jesus estavam desmanteladas – e cujo restabelecimento era promessa messiânica. Assim, os “doze” representam a reivindicação de Jesus sobre todo o povo de Israel, sendo um símbolo para o fato de que em seu agir acontecia a sua restauração escatológica.

De acordo com a tradição, Jesus se relacionava mais intimamente com três discípulos: Pedro e os irmãos Tiago e João (Mc 5.37; 9.2; 10.35). Este relacionamento, no entanto, não redundou em hierarquia de poder sobre os demais. Pelo contrário. Diante de um pedido explícito de Tiago e João por poder e autoridade sobre os demais, Jesus expõe a sua norma para o relacionamento na sua comunidade: o serviço mútuo.

Jesus entendeu seu próprio ministério como um “estar a serviço” (Mc 10.45; Lc 22.27), única atitude que corresponde à presença do Reino de Deus. Como Jesus comprometeu seus discípulos com esta mesma atitude, ele os colocou em uma posição de contradição com todas as estruturas de poder da sociedade humana: “entre vós não é assim; ao contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva; e quem quiser ser o primeiro entre vós será servo de todos. Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos.” (Mc 10.43-45). A partir desta norma anti-hierárquica e antiautoritária, a igreja de Jesus está proibida de se estruturar como hierarquia de poder. Todos os cargos e funções, mesmo que exerçam autoridade, são “diaconia”²⁶, serviço, e devem ser exercidos neste espírito.

A presença ativa de mulheres (Mc 15.40; Lc 8.1-3 etc) no círculo de seguidores de Jesus demonstra a nova realidade do Reino de Deus e o distanciamento das normas religiosas judaicas e de suas restrições de gênero. Elas permanecem ativas durante todo o ministério de Jesus, incluindo sua crucificação e morte. Movidas pela diaconia do cuidado, não sucumbem à dor do luto – tornam-se testemunhas da ressurreição, abrindo à toda comunidade a perspectiva pascal, fundamental para a continuidade da igreja.

²⁶ No Novo Testamento o termo “*diakonia*” (que tem o significado de “servir” especialmente o “servir à mesa”), é o termo técnico para o “ministério”, que pode ser definido como “cargo ou função de liderança exercido em nome de determinada instituição, munido com poderes estabelecidos por direito e reconhecidos socialmente”. Significativo é que para as funções comunitárias o Novo Testamento não utiliza nem os termos da administração grega nem os termos religiosos disponíveis. “*Diakonéo*” se diferencia destes termos por “expressar o serviço bem pessoal a outra pessoa, prestado por amor”. (KITTEL, Gerhard. Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament. V. II. Stuttgart: Kohlhammer, 1990. p. 81).

A comunidade de Jerusalém

O desastre da sexta-feira santa parecia ter posto fim à obra de Jesus e desmantelado o grupo de discípulos. As várias aparições do ressuscitado (1Co 15.5; Mt 28.16-20; Lc 24.36-49; Jo 20.19-23), porém, possibilitaram a continuidade da comunidade dos seguidores de Jesus e sua reorganização em Jerusalém. A descida do Espírito Santo sobre a comunidade no dia de Pentecostes (At 2) foi compreendida como o cumprimento das profecias acerca da restauração de Israel (Is 59.21; Ez 36.26s; Jl 2.28s).

As experiências marcantes das aparições do ressuscitado, da descida do Espírito Santo, da conversão e batismo de muitos, marcaram a comunidade primitiva em seus inícios. Atos 2 limita-se a dizer que eles “perseveravam na doutrina dos apóstolos, na comunhão, no partir do pão e nas orações”, “tinham tudo em comum”, reuniam-se no templo e em suas casas. A expectativa pela iminente volta de Cristo nutria a vida da comunidade. À medida que esta expectativa imediata não se realizava, surgiu a necessidade de organizar melhor a vida da comunidade.

O núcleo, em torno do qual a comunidade primitiva de Jerusalém se estruturava, era o grupo dos “Doze”, reconstituído pela escolha de Matias (At 1.26). Como figura central entre os “Doze” cristaliza-se Pedro. Ele tinha sido amigo íntimo de Jesus e, ao lado das mulheres, era a primeira testemunha do ressurreto (1 Co 15.5). Ele representa a comunidade publicamente diante do povo (At 2.14ss; 3.1-10; 5.15), diante das autoridades judaicas (3.11-26; 4.8-22) e dirige a comunidade em questões organizatórias (5.1-11). Sua autoridade ainda não era institucional, mas carismática, derivada da história pré-pascal.

Derivado dos “Doze”, surge o grupo dos “apóstolos” (os “enviados”). Trata-se dos “Doze” acrescidos de Tiago (1 Co 15.7); Gl 1.19), o irmão de Jesus, Barnabé (1 Co 9.6; Gl 2.9), o apóstolo Andrônico e a apóstola Junias (Rm 16.7), e talvez de outros/as não mencionados nominalmente. A legitimidade deste grupo restrito baseava-se na vocação e envio pelo Senhor ressurreto (1 Co 9.1; 15.7-8). Como testemunhas primárias dos acontecimentos salvíficos, a “doutrina dos apóstolos” (At. 2.42) tornou-se padrão do ensino e da mensagem cristãs para todos os tempos. Enquanto que os “Doze” ainda restringiam sua atuação a Jerusalém, os/as apóstolos/as sabiam-se enviados para além dos limites da cidade santa e até para além dos limites do judaísmo (At 9.32-43; At 10).

Com a atividade missionária, a liderança da comunidade passa a ser de um trio denominado “os colunas”. São eles: Tiago, o irmão do Senhor, Pedro e João.

Após o Concílio dos Apóstolos (48 d.C.), apenas Tiago lidera a comunidade com o auxílio de um Presbitério (At 15.2,4,22-23; 21.18). Instituição originária do judaísmo contemporâneo à comunidade primitiva, o Presbitério era composto por cristãos aprovados, eleitos pela comunidade para guardar a tradição e cuidar de assuntos administrativos. Intrigante é a eleição de um presbitério da facção de fala grega da comunidade primitiva com funções diaconais (At 6. 1-6). Ao lado do “serviço/diaconia

da palavra”, é instituído o “serviço/diaconia das mesas”, destinado a zelar pelo bem estar dos necessitados. A instalação no novo serviço aconteceu através de ordenação com imposição de mãos e oração.

Ao lado destes elementos institucionais, há ainda um elemento tipicamente carismático na vida das comunidades da palestina: o profeta²⁷. Mencionado apenas à margem (At 11.27; 21.10), sua função era a de predizer o futuro escatológico e pregar a mensagem apostólica. São pregadores itinerantes (Mt 10) que visitam as comunidades cristãs dispersas pelas primeiras perseguições à igreja, sendo a mais importante a de Antioquia.

A comunidade de Antioquia

Ao lado de Jerusalém, Antioquia aparece na história da igreja como segundo centro da fé cristã. Aqui, a jovem igreja cristã dá um salto qualitativo em seu desenvolvimento. Pela primeira vez, os seguidores de Jesus são chamados de “cristãos”, portanto, um grupo à parte do judaísmo. Esta nova situação adveio da integração cada vez maior de pessoas não judias – “gentios” - à comunidade, que eram batizadas sem circuncisão prévia. Base teológica para esta prática era o reconhecimento de que Cristo é o fim da lei e já não se faz necessário primeiro se tornar judeu-prosélito através da circuncisão para, então, tornar-se membro do novo povo de Deus, a igreja.

Consequência prática desta nova consciência teológica foi a primeira viagem missionária levada a efeito por Paulo e Barnabé e patrocinada pela comunidade de Antioquia (At 13-14). A atividade dos missionários resultou no surgimento de comunidades que já não possuíam mais um cerne judeu. Eram majoritariamente comunidades gentílico-cristãs (At 13.48ss; 14.27).

A preparação para a primeira viagem missionária, deixa entrever algo da organização da comunidade de Antioquia. A liderança da comunidade era composta por um pequeno grupo de profetas e mestres (At 13). Não fica claro se eles eram ao mesmo tempo profetas e mestres ou se são dois grupos distintos. A julgar por Barnabé, que era profeta e ao mesmo tempo ensinava (At 11.26), parece haver identidade. Importante é que em Antioquia, a tradição do pregador e profeta itinerante dá origem ao grande projeto missionário de Paulo. Barnabé e Paulo são vocacionados, ordenados com imposição de mãos e oração e enviados num culto da comunidade.

O Apóstolo Paulo e suas comunidades

Paulo não implantou uma estrutura eclesiástica fixa nas comunidades por ele fundadas. A necessidade de tematizar assuntos de ordem comunitária em suas cartas sugere certa improvisação na organização. Não obstante, Paulo deixou lideranças em

²⁷ Sua tradição está fixada na fonte Q, coleção de ditos de Jesus mais antiga que os Evangelhos, recentemente descoberta pela pesquisa bíblica.

suas comunidades. Ele usa vários títulos para descrevê-las: “os que trabalham entre vós e vos presidem no Senhor e vos admoestam” (1Ts 5.12), “profecia ... ministério ... o que ensina ... o que exorta ... o que contribui ... o que preside ... que exerce misericórdia” (Rm 12 6-8); “apóstolos ... profetas ... mestres ... milagres ... dons de curar , socorros, governos, variedade de línguas” (1 Co 12.28), “cooperador e obreiro” (1 Co 16.16), “bispos e diáconos” (Fl 1.1).

Mesmo que Paulo não tenha elaborado uma teoria dos ministérios, podemos extrair de suas cartas normas para a direção da igreja que permanecem válidas hoje.

- A primeira é a reafirmação do modelo do Cristo que serve como padrão para os ministérios e os cargos diretivos. Ele conclama a liderança da igreja: “Sede meus imitadores como também eu sou de Cristo” (1 Co 11.1) e “tende em vós o mesmo sentimento que houve em Cristo Jesus” (Fl 2.5).
- A segunda norma é o direcionamento do serviço e dos dons à edificação da comunidade. Capacidades individuais e funções de direção existem em função da comunhão do Corpo de Cristo. Não foram dadas para engrandecimento pessoal e não devem fomentar a concorrência entre os membros. Especialmente em Corinto Paulo tem que lutar contra a influência de pregadores e profetas itinerantes que tem em mente apenas o espiritualismo individualista e não a edificação da comunidade.
- A terceira norma afirma que cada cristão participa do processo de edificação da comunidade a partir de seu carisma. Carismas são presentes dados à comunidade em vista de suas necessidades. São manifestações concretas da graça (“caris”) de Deus dadas ao todo da comunidade. Nenhum carisma particular abarca em si o todo da graça e do Espírito. Ele necessita dos outros carismas que o complementam. Toda capacidade, atividade – também a mais profana – torna-se carisma quando colocada à serviço da edificação do corpo de Cristo.

Interessante é que a lista de carismas de 1 Co 12.28s também contém funções fixas, não espontâneas, ligadas a determinadas pessoas: “apóstolos ... profetas ... mestres” são funções permanentes, enquanto que “milagres ... dons de curar , socorros, governos, variedade de línguas” são carismas espontâneos. Observamos que, para Paulo, os ministérios não foram delegados a funcionários de uma instituição, mas a pessoas portadoras de um carisma específico. Além disso, observamos que, além do serviço espontâneo, pessoas devem estar à disposição da comunidade de forma constante e confiável, assumindo um ministério fixo. Do bom equilíbrio entre constância e espontaneidade depende o desenvolvimento pleno da comunidade cristã. Em suas cartas, Paulo arrola como ministérios fixos os apóstolos, os profetas, os mestres, os bispos e os diáconos. Os três primeiros são ministérios voltados à pregação da Palavra, os dois últimos voltados à direção e ao serviço.

Dos ministérios voltados à pregação da Palavra, o apostolado estava restrito ao grupo enviado pelo ressurreto. Este ministério extinguiu-se com a morte dos apóstolos. A profecia refere-se à capacidade de testemunhar o evangelho de tal forma que a comunidade seja atingida existencialmente. O profeta ou a profetisa interpreta os sinais dos tempos e interpreta a Palavra de Deus, atualizando-a para seus ouvintes. Os

mestres, por sua vez, estão incumbidos do ensino na comunidade (Gl 6.6; Rm 12.7). São responsáveis pela tradição apostólica. Mais do que a profecia, o ministério do ensino necessita de continuidade e constância. Além do carisma, outros pré-requisitos são necessários: o mestre precisa saber ler e escrever, precisa conhecer os manuscritos, a tradição oral dos ditos de Jesus e as regras de interpretação do Antigo Testamento. Pressupõe, portanto, tempo de preparo, habilitação para sua função. Os ministérios voltados à liderança e ao serviço estão ligados essencialmente à comunidade local. O termo Episcopo (“bispo”) provém do grego profano onde designa a função do administrador público. É possível que se trate da institucionalização do carisma do “governo” (“*kybernésis*” - 1 Co 12.28). São responsáveis pela coordenação do culto e pelas diversas “casas” (“*oikías*”). Mencionando os bispos no plural em Fl 1.1, Paulo dá a entender que se trata de um colégio de coordenadores das diferentes “casas” que, juntos, são responsáveis pela direção da comunidade local. O termo “diácono”, por sua vez, é criação da comunidade cristã. Origina-se no “serviço às mesas” (Lc 22.27; At 6.2) durante a Santa Ceia e, após a mesma, na assistência aos necessitados.

O autor da carta aos Efésios, provavelmente um aluno de Paulo, representante da segunda geração da igreja, arrola, além dos “apóstolos e profetas”, os “evangelistas, pastores e mestres”. Os apóstolos e profetas são os ministérios que fundaram a igreja (2.20; 3.5). Referindo-se a eles, o autor olha para o passado, para a origem da igreja. Referindo-se aos outros ministérios, constata a realidade da segunda geração. Os pastores dirigem a comunidade e tem, portanto, funções episcopais (At 20.28; 1 Pe 2.25; 5.2). Estão estreitamente ligados aos mestres. Direção da comunidade acontece através do anúncio e do ensino do evangelho apostólico. Os evangelistas, provavelmente, são pregadores e missionários itinerantes (At 21.8).

Todos os ministérios são considerados instituição divina: Cristo “concedeu uns para apóstolos, outros para profetas,...” etc (Ef 4. 11). Mas Cristo não concedeu apenas ministérios. Aliás, antes, concedeu carismas à comunidade. A função dos ministérios é o “aperfeiçoamento dos santos para o desempenho de seu serviço, para a edificação do Corpo de Cristo” (Ef 4. 12). Edificação de comunidade acontece, portanto, através da cooperação entre os ministérios fixos e os carismas espontâneos dados à comunidade.

As Cartas Pastorais

As cartas a Timóteo e a carta a Tito espelham a realidade da igreja na terceira geração, nos últimos anos do primeiro século. As cartas pastorais, espelham a luta contra heresias e estão interessadas em sistematizar o desenvolvimento da igreja e dos ministérios e se detém exaustivamente na descrição dos ministérios. São mencionados três ministérios: os episcopos (bispos), os diáconos e os presbíteros. Percebe-se o interesse de harmonizar duas estruturas de liderança: a paulina (bispos e diáconos) e a

judaico-cristã (presbitério). O cargo do presbítero era representativo, definido pela idade, experiência, posição social, não a partir de um carisma específico. Já o ministério episcopal era definido a partir das capacidades e dons para determinada função, como em Paulo.

As cartas pastorais favorecem o episcopado e sugerem que, ao lado dos presbíteros, haja um bispo que presida a comunidade profissionalmente (1 Tm 5.17). Qualidades espirituais necessárias são: a capacidade para a pregação e para o ensino da palavra. O episcopo dirige a comunidade com a doutrina apostólica. Ao lado do episcopo há vários diáconos e diáconas (1 Tm 3.11). A correlação dos dois ministérios é tradição paulina (Fl 1.1). Ambos são ministérios profissionais que exigem preparo (1 Tm 3.1,8) e provavelmente recebem salário.

As cartas pastorais dão grande importância à ordenação ao ministério. Centro da ordenação é a imposição de mãos pelo presbitério (1 Tm 4.14) e pelo apóstolo (2 Tm 1.6). Com isto, o ordenando está, ao mesmo tempo, remetido ao seio da comunidade e à tradição apostólica. Através da imposição de mãos, Deus concede o dom, o carisma necessário para o desempenho do ministério: *“o dom que há em ti pela imposição de minhas mãos”* (1 Tm 4.14, 2 Tm 1.6). A dádiva do carisma afirma ao ordenando que o ressurreto, de fato, deseja servir-se de suas capacidades e dons para a edificação da comunidade, dando-lhe poder e autoridade.

A análise das cartas pastorais evidencia que a necessidade de proteger a doutrina apostólica trouxe consigo a concentração nos ministérios ordenados em detrimento dos carismas comunitários. O único carisma tematizado é o carisma do ministério. A difícil tarefa de conservar a identidade do evangelho apostólico para futuras gerações estreitou a vida da comunidade. Uma outra carta desta época, a primeira carta de Pedro, ainda prevê maior participação comunitária: *“Servi uns aos outros conforme o dom que recebeu, como bons despenseiros da multiforme graça de Deus”* (4.10). Através de seus dons, o cristão participa do sacerdócio real e auxilia na edificação da casa espiritual, a igreja (1 Pe 2). É provável, portanto, que a vida comunitária desta época era bem mais rica do que as cartas pastorais deixam entrever.

O desenvolvimento posterior ao Novo Testamento

A Didaqué (100d.c) deixa entrever o processo de substituição dos ministérios originais, apostólicos e carismáticos, devido principalmente ao seu gradativo desaparecimento. Bispos e diáconos passam a ter maior importância teológica. Nas cartas de Inácio (110), bispo monárquico de Antioquia, o processo de harmonização da estrutura hierárquica de bispos e diáconos com a dos presbíteros está consolidado. Clemente de Roma introduz a idéia da sucessão episcopal. O centro da ordenação deixa de ser o comprometimento com a doutrina apostólica, passando a fixar-se na ordem exterior da ordenação. Na metade do século II, ambos os conceitos estão interligados na instituição do bispo monárquico em sucessão apostólica. Outro detalhe

importante a ser observado no desenvolvimento nos séculos seguintes, é a tendência de compreender os ministérios a partir de sua ligação com a Santa Ceia. A tarefa precípua do ministro passa a ser a celebração do mistério eucarístico. A ordenação, por sua vez, conferia o poder para a realização do sacrifício eucarístico.

Após o estabelecimento do episcopado monárquico nas comunidades locais, o mesmo processo centralizador acontece regionalmente. Desenvolvem-se províncias eclesiásticas sob a direção de um bispo primaz. Após, o processo centralizador se repete entre as províncias, transformando-se em dioceses episcopais lideradas por bispos que estão sob a direção de um arcebispo sediado na comunidade ou cidade mais representativa.

Aos poucos, cristaliza-se a separação geográfica (e também teológica) entre igreja do ocidente e igreja do oriente. A política eclesiástica passa a corresponder à política do estado (poder, corrupção, manipulação, violência etc) e muitas vezes está a seu serviço. Ricos e nobres passam a dominar as comunidades e a igreja. Exortações do Novo Testamento (1 Co 1. 26-29; Tg 2.6) são esquecidas. A riqueza e o poder recebem reinterpretação positiva, cristalizada de forma definitiva na era constantiniana iniciada no século IV.

No decorrer dos tempos, apenas Roma e Bizâncio disputam a primazia e o poder sobre a cristandade. Desde Leão I (440-461), a idéia do papado e do domínio de Roma está desenvolvido no ocidente. Partindo de Mt 16.18, ela se baseia nos privilégios de Pedro²⁸, considerado o primeiro bispo da comunidade, o qual teria recebido de Jesus o poder das chaves (Mt 16.19), o poder de governar (Jo 21.15) e o poder de ensinar (Lc 22.32), correspondendo ao agir (múnus) sacramental, docente e jurídico da igreja romana. Estas atividades salvíficas estão a cargo da hierarquia – Bispo, Presbítero e Diácono – que representa Cristo e se sobrepõe e a antepõe aos fiéis. A apostolicidade da igreja e a ligação histórica com Cristo é garantida pela concepção da sucessão de ordenações episcopais. A culminação destes poderes está concentrada no Papa.

A Eclesiologia Luterana

A formulação clássica do que é a igreja para a Reforma Luterana, encontra-se no artigo VII da Confissão de Augsburgo (1530):

“Ensina-se que sempre haverá e permanecerá uma única santa igreja cristã, que é a congregação de todos os crentes, entre os quais o evangelho é pregado puramente e os santos sacramentos são administrados de acordo com o evangelho. Porque para a verdadeira unidade da igreja cristã é suficiente que o evangelho seja pregado unanimemente de acordo com a reta compreensão dele e os sacramentos sejam administrados em conformidade com a palavra de Deus”.

²⁸ Diante do fato de que, a partir da pesquisa histórica, Pedro provavelmente jamais foi bispo em Roma, a concepção católico-romana tem dificuldades em demonstrar sua plausibilidade teológica. A despeito disso, demonstrou sua plausibilidade política.

Igreja não é uma instituição hierárquica, juridicamente sobreposta aos fiéis – os próprios fiéis são a igreja enquanto reunidos na mesma fé em torno da prédica do Evangelho e no uso evangélico dos sacramentos divinos. Igreja é sinônimo de comunidade cristã reunida pelo próprio Cristo. Trata-se de uma definição tão simples que, para Lutero, “até uma criancinha de sete anos sabe o que é igreja, a saber, os santos crentes e “os cordeirinhos que ouvem a voz de seu pastor” (Artigos de Esmalcalda, Art. XII).

Importante é perceber como a voz e a presença do Bom Pastor é mediada: através da pregação pura do Evangelho e da administração dos sacramentos correspondente a este mesmo evangelho. São os meios da graça, os meios da salvação nos quais Cristo mesmo se faz presente.

No contexto destas definições eclesiológicas, fé é ouvir a pregação da palavra como a voz de Cristo; fé é receber os sacramentos como seu agir por nós e em nós. Esta fé nos une a outras irmãs e irmãos, transformando-nos, por graça, em sua igreja. Mesmo que Deus utilize pessoas como seus instrumentos na pregação e na administração dos sacramentos, ele permanece senhor soberano da edificação de seu reino e seu povo. Ele rege e dirige a igreja através da dinâmica da Palavra de Deus: “O próprio Espírito Santo a usa como instrumento e unge e santifica com ela a igreja... Onde, pois, ouves tal palavra e vês que é pregada, crida, confessada e cumprida, aí não tenhas dúvida que com certeza aí está uma verdadeira santa igreja católica, um santo povo cristão, ainda que seu número seja muito pequeno...) ... a palavra de Deus não pode existir sem o povo de Deus; por outro lado, o povo de Deus não pode existir sem a palavra de Deus.”²⁹

O sacerdócio geral e o ministério

Os anos 1519-1520 caracterizam-se pela escalada do conflito com o Papa e com a igreja romana, culminando com a excomunhão de Lutero em dezembro de 1520. Na maioria dos escritos desta época, Lutero critica veementemente a eclesiologia romana. No escrito “A Nobreza Cristã da Nação Alemã”, Lutero acusa os “romanistas” de terem erguido três muros em torno de si “com que até agora se protegeram, de sorte que ninguém os pode reformar” (OS II, 281)³⁰. Os muros referem-se à divisão da cristandade em estamento espiritual e estamento secular, à exclusividade do papa em interpretar a Escritura e convocar concílios. A estas muralhas romanas, sustentáculos de sua eclesiologia, Lutero contrapõe sua concepção do Sacerdócio Geral. Para ele, “inventou-se que o papa, os bispos, os sacerdotes e monges sejam chamados estamento espiritual; príncipes, senhores, artesãos e agricultores, de estamento secular. Isso é uma invenção e fraude muito refinada. Mas que ninguém se intimide por causa disso, e pela seguinte razão: todos os cristãos são verdadeiramente do

²⁹ LUTERO, Martin. Dos Concílio e da Igreja (1539). Obras Seleccionadas VII, p. 409-410.

³⁰ LUTERO, Martin. A Nobreza Cristã da Nação Alemã (1520). Obras Seleccionadas II, p.281.

estamento espiritual, e não há qualquer diferença entre eles, a não ser exclusivamente por força do ofício” (OS II, 282). Pertencer ao “estamento espiritual” significa ser sacerdote ordenado pelo batismo: “Assim pois somos todos ordenados sacerdotes através do batismo, como diz S. Pedro em 1 Pe 2.9: ‘Vós sois um sacerdócio real’” (OS II, 282). Lutero aguça a polêmica e afirma adiante: “Pois quem saiu do batismo pode gloriar-se de já estar ordenado sacerdote, bispo e papa, se bem que não convém a cada um exercer este ofício” (OS II, 283) Não existe, portanto, dignidade espiritual que vá além daquela outorgada no batismo.

O postulado do Sacerdócio Geral não elimina a necessidade do ministério especial. Contrastando com a concepção romana, porém, a ordenação ao ministério especial não confere qualidades metafísicas especiais ao ministro como, por exemplo, a capacidade de consagrar os elementos da Santa Ceia, realizando o sacrifício da missa – o centro do sacramento da ordem. Na verdade, os que foram ordenados ao ministério especial, “não são mais dignos ou distintos do que os outros cristãos senão pelo fato de deverem administrar a palavra de Deus e os sacramentos – esta é sua ocupação e seu ofício” (OS II 284).

No escrito “À Nobreza Cristã da Nação Alemã”, Lutero refere-se ao ministério especial como instituição divina, dizendo: “Quero falar do estamento do pároco, que foi instituído por Deus e que deve reger uma comunidade com pregação e sacramentos, morar em meio a ela e manter um lar temporal”. Ao mesmo tempo, este ministro deve ser vocacionado pela comunidade, podendo exercer seu ministério de forma compartilhada: “cada cidade elege da comunidade um cristão piedoso e instruído, encomenda-lhe o cargo de pároco e o sustenta com os recursos da comunidade, dando-lhe plena liberdade de casar ou não. Esse teria a seu lado vários sacerdotes ou diáconos ... que o ajudariam a dirigir o povo e a comunidade com a pregação e os sacramentos” (OS II, 312).

A concepção do Sacerdócio Geral não se esgota na crítica anti-romana. Na verdade, para Lutero o Sacerdócio Geral era a visão de uma nova igreja cuja estrutura interna não é a hierarquia, mas o sacerdócio mútuo dos cristãos. Além do acesso imediato a Deus, o sacerdócio caracteriza-se pelo poder de interceder pelas irmãs e irmãos e pelo mundo. Lutero resume estas duas dimensões do sacerdócio, na máxima do escrito “Tratado da Liberdade Cristã”: “O cristão é um senhor libérrimo sobre tudo, a ninguém é sujeito. O cristão é um servo oficiosíssimo de tudo, a todos sujeito” (OS II, 437). Igreja, neste sentido, só pode ser compreendida como Corpo de Cristo, como *communio sanctorum*!

Comunhão, para Lutero é um evento de partilha e troca: dou a Cristo meus pecados e recebo dele sua justiça; dou a meus irmãos minha propriedade e recebo deles sua necessidade. A entrega sacerdotal de Cristo, assumindo totalmente nossa forma em sua encarnação e cruz, deve realizar-se também entre os membros de seu corpo. A ação sacerdotal de Cristo em nosso favor nos liberta e compromete à ação sacerdotal em favor dos necessitados na comunidade e sociedade. A intervenção sacerdotal em

favor dos irmãos e irmãs, em favor do mundo, porém, é muito mais do que uma oração de intercessão. O sacerdócio cristão, à semelhança do sacerdócio de Cristo, é um despojar-se, um esvaziar-se, um tornar-se servo e serva. O amor que move o sacerdócio cristão é o mesmo amor que moveu Cristo até a encarnação e cruz. Lutero enumera várias funções ou formas de vivência concreta do Sacerdócio Geral: o exercício da profissão secular como serviço ao próximo, a paternidade e a maternidade espiritual e a catequese fundamental na família, a mordomia dos bens materiais, o testemunho cristão em palavra e ação, o batismo, o aconselhamento fraterno, a intercessão, o discernimento teológico-espiritual.

Esta compreensão dinâmica da liderança eclesial deveria ter tido consequências concretas no estabelecimento de estruturas coerentes e adequadas à compreensão teológica. O receio da possibilidade de influência da ala esquerda da Reforma, anabatista e pentecostal, sobre a vida das comunidades manteve o Luteranismo nascente mais conservador que o necessário. Com o passar dos anos, a eclesiologia de Melanchton³¹, se impôs. A concepção da direção eclesial através da Palavra de Deus foi novamente vinculada ao ministério ordenado, privando a comunidade de seus direitos teológico-espirituais e enfraquecendo significativamente a dinâmica espiritual da igreja. Cabe à igreja luterana contemporânea resgatar a visão eclesiológica de Lutero e realizá-la com responsabilidade teológica nos diversos contextos sociais e culturais em que está inserida.

Desenvolvimento de Recursos humanos e financeiros

Recursos como dádivas da criação

Qualquer organização necessita de recursos para sobreviver, para se desenvolver de forma sustentável. Isto também vale para a igreja. Teologicamente, ela sabe que gerenciar bem os recursos disponíveis é responsabilidade recebida do próprio Criador. Nos relatos da criação, o ser humano recebeu o mandato de cuidar bem do jardim de Deus (Gn 2.15). Recebeu permissão também para viver dos frutos do jardim. A confiança no criador e seu cuidado pelo sustento de suas criaturas também foi tema importante no ensino de Jesus (Mt 6. 25-34). No acúmulo de bens e na avareza egoísta ele via sinais evidentes de pecado, ou seja, de ruptura na relação de confiança com o Criador (Mc 10.17-31). Assim, a pobreza material dos discípulos (Mt 10) era pregação simbólica. Uma forma evangélica de se lidar com os recursos dá-se na eucaristia. “Aqui a história da salvação liga-se à criação. Os elementos da Ceia motivam à gratidão e ao louvor ao Criador; eles são abençoados e divididos para poderem gerar vida.”³²

³¹ Melanchton subdivide a igreja entre os docentes e os ouvintes. Há diferenças fundamentais entre as eclesiologias de Lutero e de Melanchton: para Lutero a igreja se define a partir da comunhão, para Melanchton define-se pelo ensino correto. Para Lutero, o ministério nasce do Sacerdócio Geral e as diferenças internas são estabelecidas pelos carismas pessoais e pela função; para Melanchton o ministério é ofício docente contraposto à comunidade.

³² Herbert Lindner. Kirche am Ort. p. 245

Compreende-se porque a igreja relacionou a eucaristia à diaconia, em termos litúrgicos e práticos.³³

Os recursos financeiros

Recursos são escassos, por isso necessitam da administração responsável. A crise ecológica nos ensinou que além de escassos, os recursos também são limitados e finitos. A igreja necessita aprender das disciplinas da gestão: como realizar com a maior eficiência possível o maior número de tarefas relacionadas à missão da igreja, utilizando a menor quantidade possível de recursos.

Critérios interessantes para a utilização de recursos financeiros no âmbito da igreja nos advém do Novo Testamento. A pesquisa bíblica³⁴ evidenciou que a diaconia era o critério fundamental para a utilização de recursos financeiros nas comunidades. Ao lado da diaconia, e jamais desvinculada desta, surge também a necessidade do financiamento da martyria, do testemunho do Evangelho levado a efeito pelos pregadores itinerantes - e a necessidade de financiamento da koinonia, a comunhão, que também abrangia a responsabilidade das comunidades pela subsistência daqueles/as que por ela foram chamados a pregar a Cristo, ou seja, os ministérios fixos que exigiam dedicação de tempo integral. As comunidades paulinas tinham gastos volumosos com a diaconia e com a missão – especialmente com as viagens marítimas e com a manutenção dos apóstolos e missionários. Os recursos provinham das contribuições voluntárias dos membros e eram proporcionais aos recursos materiais. Os recursos financeiros não eram apenas destinados a demandas da comunidade local. Coletas especiais eram feitas na comunidade local para situações específicas de outras comunidades pertencentes à igreja espalhada pelo mundo conhecido da época. Estas coletas não tinham apenas motivação social, mas sobretudo espiritual e expressavam a comunhão em Cristo (Rm 15.26; 1 Co 6. 1-2).

Recursos humanos

Aspectos de uma visão sistêmica

Pessoas são o meio circundante imediato dos sistemas sociais. São seu “meio interno”³⁵. No relacionamento entre o sistema social e a pessoa ocorre um evento de troca e permuta: o sistema vive a partir dos recursos que seus membros colocam à disposição: tempo, energia, idéias e bens materiais. A pessoa, por sua vez, beneficia-se dos serviços e ofertas específicas do sistema. O sistema, ademais, reduz a indecifrável e inquietante complexidade e contingência do mundo, oferece coerência e segurança.

³³ Sissi Georg. Diaconia e Culto Cristão. São Leopoldo: EST, 2003.

³⁴ Apoio-me nas pesquisas de Ulrich Luz. Die Kirche und Ihr Geld im Neuen Testament. In: Lienemann, Wolfgang. Die Finanzen der Kirche. München: Chr.Kaiser, 1996. p. 525-554.

³⁵ Wilke, op.cit., p. 59

Possibilita articulação e orientação, ou seja, sentido. Assim, sistemas sustentáveis são existencialmente relevantes para seus membros, oferecendo possibilidades de realização, satisfação de necessidades e interesses. As pessoas envolvidas tem a percepção de estarem recebendo mais do que investindo (tempo e dinheiro).

A capacidade de um sistema acessar desejos, interesses e necessidades de seus membros (ou membros em potencial) resulta em vantagens competitivas com sistemas concorrentes e aumenta significativamente as possibilidades de crescimento e sustentabilidade. Quando um sistema atende as expectativas (subjetivas e objetivas) de seus membros com qualidade, com confiabilidade e com competência, o sistema fideliza o compromisso de seus membros, o que igualmente resulta em sustentabilidade.

Através do trabalho voluntário dos membros, a igreja tem energia e recursos à disposição que, se motivados, capacitados e acompanhados corretamente, irão contribuir significativamente para o desenvolvimento e a sustentabilidade eclesial. Estes recursos humanos independem de recursos financeiros internos ou externos. Assim, uma das estratégias prioritárias na construção de sustentabilidade eclesial é cativar novos/as colaboradores/as voluntários/as. Este não pode ser um processo ocasional, mas intencional, correspondendo a um planejamento de ações que visam convidar à fé, acolher na comunhão do Corpo de Cristo, despertar e capacitar os dons e carismas e delegar serviços e responsabilidades. No entrelaçamento orgânico destas ações fundamentais da vida eclesial, a ativação contínua do Sacerdócio Geral é possível. Resultado será a dinamização da vida comunitária, sem a qual sustentabilidade eclesial permanece ficção.

Temas transversais

Ao longo dos Encontros de Referentes ocorridos de 2007 a 2010, surgiram “temas transversais”, ou “ênfases complementares”, que surgiram a partir do próprio processo participativo proposto pelo Programa de Sustentabilidade. Destacam-se especialmente dois temas: a justiça de gênero e a espiritualidade, acerca dos quais iremos tecer algumas considerações abaixo. Além destes, outros temas também surgiram como importantes, como por exemplo, o tema da formação em todos os níveis eclesiais (membros em geral, colaboradores/as nos diferentes setores comunitários, lideranças eclesiais e ministros/as ordenados/as) e sua importância para a identidade e para a qualificação de todas as dimensões do testemunho do evangelho.

Gênero e sustentabilidade

No primeiro Encontro de Referentes, ocorrido em Manágua em novembro de 2007, estabeleceu-se o “enfoque de gênero” entre os valores norteadores do Programa de

Sustentabilidade. Desde lá, o tema gênero adquiriu importância cada vez maior, tornando-se um dos “eixos transversais” do programa.

Entendemos “gênero” como sendo a forma culturalmente elaborada que estabelece diferentes expectativas para homens e mulheres em cada sociedade ou sistema social, reveladas nos papéis atribuídos a cada um dos sexos. Enquanto que sexo é um dado biológico, gênero é um fato cultural.

Ao longo da história da sociedade ocidental, observa-se o fenômeno da invisibilização das mulheres, fruto de um processo de dominação masculina. Símbolos culturais e religiosos estabilizaram esta dominação - reforçada pelo fato de que os conceitos normativos para interpretar de forma válida os símbolos culturais e religiosos nos diversos sistemas sociais também estiveram nas mãos dos homens. Na história da igreja observa-se o mesmo processo. A centralização do poder numa hierarquia eclesiástica exclusivamente masculina³⁶, a anulação da força dos carismas comunitários, a adaptação aos vícios da política secular e o poder de ricos e nobres, vieram acompanhados pelo afastamento gradativo das mulheres dos cargos e ministérios de liderança das comunidades e igreja. Hierarquização, androcentrismo e corrupção acabaram sendo as características maiores de uma igreja distante de suas origens e com dificuldades cada vez maiores de realizar sua missão evangélica. A atual discussão em torno da justiça de gênero pode auxiliar a igreja na desconstrução de modelos relacionais assimétricos e opressivos. Critérios e conceitos normativos para a reconstrução de relações de gênero justas na igreja podem ser extraídos do próprio testemunho do Novo Testamento. Neste sentido, a pesquisa bíblico-histórica evidencia que:

As mulheres pertenciam ao círculo de seguidores de Cristo, mesmo que não ao grupo dos “doze”; muitas “lhes prestavam assistência com os seus bens” (Lc 8.3). Elas permanecem ao pé da cruz de Cristo – quando os homens tinham fugido. São as primeiras testemunhas da ressurreição – enquanto que os homens não criam. A comunidade de Jerusalém reúne-se na casa de Maria, mãe de João Marcos (At 12.12; Cl 4.10). Lídia hospeda a primeira comunidade na Europa (At 16). Mulheres são ativas teológica e liturgicamente, possuindo ministério reconhecido pela comunidade (1 Co 11.5). Mulheres são ativas no ministério da diaconia (Rm 16.1). Mulheres estão na liderança das comunidades, inclusive como “presbíteras” (Tt 2.3). A exortação de 1 Co 14. 33-35 – segundo a qual as mulheres devem permanecer caladas na igreja, além não corresponder à vida comunitária normal do Novo Testamento, é um escrúpulo judaico contraposto a Gl 3.25-28 – segundo o qual, na igreja de Cristo não há mais distinção de raça, de gênero ou de posição social: “Mas, tendo vindo a fé, já não permanecemos subordinados ao aio. Pois todos vós sois filhos de Deus mediante a fé em Cristo Jesus; porque todos quantos fostes batizados em Cristo de Cristo vos revestistes. Dessarte, não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus”. No contexto da teologia paulina, Gl 3.25-28 é definitivamente o critério teológico maior, estendendo a relação igualitária para as raças e situação social³⁷.

³⁶ No Código de Direito Canônico, Cân. 1024 lemos: “Só um varão batizado recebe validamente a ordenação sagrada”.

³⁷ 1 Tm 2.9-15 retoma argumentos judaicos, que teologicamente já deveriam estar superados, procurando diminuir a influência das mulheres na liderança comunitária, mantendo-a dentro das

A partir do testemunho do Novo Testamento e dos critérios que dele se depreendem para a estrutura da igreja e para o relacionamento de seus membros, qualquer relação de dominação, exclusão ou opressão é inaceitável. O imperativo antiautoritário e anti-hierárquico estabelecido por Jesus - “entre vós não é assim; ao contrário...” (Mc 10.43) – vale também para as relações de gênero. O mesmo ocorre quando Paulo formula as consequências eclesiológicas da universalidade da salvação conquistada em Cristo: a justiça de gênero se impõe, pois “todos somos um em Cristo” (Gl 3.28b). E para o desenvolvimento sustentável do Corpo de Cristo, não é possível prescindir de nenhum membro. Todos os dons e carismas, de todas as mulheres e de todos os homens, de cada mulher e de cada homem que crê em Cristo e está inserido na comunhão do seu corpo, são úteis e necessários. Assim, “os dons e habilidades das mulheres, não somente na implementação de projetos criados e pensados pelo gênero masculino, são essenciais para um futuro sustentável em nossas igrejas. Além de colaborar com dons e conhecimentos já adquiridos, mulheres também precisam ser desafiadas a empoderar-se de conhecimentos técnicos e teóricos e precisam receber apoio e condições para que isso aconteça.”³⁸.

Espiritualidade e sustentabilidade

Outro tema que adquiriu importância fundamental no Programa de Sustentabilidade foi a espiritualidade. Igualmente não se tratou de ênfase programada. Ao planejar os Encontros de Referentes, o Grupo Animador apenas procurou estabelecer “devocionais”, momentos de celebração em conjunto. Tomou-se, no entanto, o cuidado para que estes momentos não acontecessem de forma rápida e descuidada, centralizadas em uma fala de apelo apenas cognitivo e em forma de monólogo. A inspiração veio da tradição espiritual-litúrgica da “Oração das Horas”, com a oferta de uma oração matutina e uma oração vespertina. Típico para esta tradição é que a celebração, as orações, os cantos, a meditação brotam de uma atmosfera de silêncio. Havia tempo para cada um/uma sentar, respirar, silenciar, encontrar-se. A pacificação interior aprofundava o silêncio interior, envolvendo o corpo e a respiração, com o intuito de nos tornar disponíveis para a Palavra de Deus, sensíveis à sua inspiração. A aproximação ao texto bíblico era lenta, gradual, esperançosa. Central neste processo de auscultar a Palavra foi a utilização do método de meditação que Lutero propôs ao seu amigo Pedro Barbeiro no escrito de 1535, intitulado “Uma singela forma de orar para um bom amigo”³⁹. Lutero prevê, além da preparação e da pacificação interior, a

relações de poder familiares, dominadas pelos homens. Já o desenvolvimento no período posterior ao Novo Testamento consolida a invisibilização das mulheres e a exclusão dos leigos/as das atividades de liderança.

³⁸ Márcia Blasi. Problematizando y entrelazando el enfoque de sustentabilidad con la perspectiva de género y la experiencia de mujeres e jóvenes. Memoria e síntesis encuentro presencial El Salvador. Ayagualo, 23-25 de noviembre de 2020. P. 6-7. Disponível em <http://sustentabilidad.files.wordpress.com/2011/03/memoria-y-sc3adntesis-ayagualo-final.pdf>

³⁹ Martin Lutero. Uma singela forma de orar, para um bom amigo (1535). In: Obras Seleccionadas, volume V, p.132-148.

partir de quatro perguntas, a ““trança de quatro cordões”: a) O que eu aprendo? (*doutrina*), b) pelo que tenho a agradecer? (*louvor*), c) o que tenho a confessar? (*confissão*) e d) pelo que quero pedir? (*oração*).

Sobre sua importância no programa Martin Junge escreveu: “La fuerza de la lectura común, de la oración y del canto influyó fuertemente en todas las reflexiones e impuso temas y debates que sin la experiencia de la vida devocional comunitaria jamás habrían tenido tal prominencia e importancia. Quedó establecido en la misma experiencia de todos los/las participantes del Segundo Encuentro que solamente asegurando esta estrecha articulación entre espiritualidad, reflexión y herramientas metodológicas el desafío de la proyección sustentable de la labor de las iglesias en la región podrá ser abordado adecuadamente.”⁴⁰

No Programa de Sustentabilidade fez-se a experiência que a competência teológica não pode estar dissociada da competência espiritual, fato que ocorre frequentemente na teologia acadêmica. Para Lutero, teologia acadêmica e teologia espiritual são complementares. Em um escrito de 1539, intitulado “Uma forma correta de se fazer teologia”⁴¹, Lutero apresenta seu método teológico baseado na espiritualidade. Ele estabelece três regras: *Oratio* (oração), *Meditatio* (meditação) e *Tentatio* (provação). Para Lutero, teólogo/a é aquele/a cuja situação existencial, social, eclesial é interpretada pela Escritura. Como isto ocorre? Ocorre quando, a partir de uma atitude de oração, passo a meditar a Escritura e faço a experiência que ela ilumina e interpreta meu contexto de vida - sempre compreendido por Lutero como um contexto de provação. No Programa de Sustentabilidade fizemos a experiência que os “contextos de provação eclesiais”, igualmente são iluminados pela Escritura que nos revela a vontade de Deus para este momento, e nos presenteia com sonhos e visões de futuro, que não são produto de nossas projeções, mas frutos de um processo de discernimento espiritual.

Em lugar de uma conclusão

A igreja de Jesus Cristo vive de uma riqueza que ela não pode produzir. O que ela necessita, recebe de presente, graciosamente, diariamente. Está na mesma condição que o povo de Deus em sua peregrinação pelo deserto – que diariamente recebia o maná da mão de Deus para seu sustento diário. Era inútil tentar estocar o maná. Diariamente era necessário exercitar a fé a esperança nos recursos divinos. Da mesma forma, a igreja precisa (re)aprender a confiar na fidelidade de Deus que cumpre suas promessas.

Se desejamos edificar comunidades vivas, missionárias e sustentáveis, necessitamos acima de tudo, da conversão de nosso olhar. A fixação nas carências e nos déficits eclesiais não apenas descrevem uma realidade – ela também cria realidade, e realidade negativa. Estamos na situação de Pedro ao caminhar sobre as águas:

⁴⁰ Con confianza en el porvenir. Síntesis del Segundo Encuentro de Referentes. Programa sobre sustentabilidad – Federación Luterana Mundial. Santiago de Chile, 4 al 6 de marzo de 2008. p. 7.

⁴¹ WA 50, 657-661

enquanto ele mantinha o olhar fixo em Jesus e em suas promessas, podia caminhar por sobre as águas; quando fixou seu olhar no mar turbulento e na tempestade, começou a afundar. Portanto, a preocupação com o futuro de nossas igrejas não nos levará a lugar algum. Apenas produzirá negativismo e paralisia em alguns e ativismo desenfreado e impaciente em outros.

A reflexão em torno da sustentabilidade eclesial deveria nos conduzir à confiança na promessa de Cristo – de que ele irá edificar sua comunidade (Mt 16.18).

Preocupação desmedida também pode ser expressão de desconfiança em relação ao cuidado de Deus, que como um Pai bondoso já sabe de nossas necessidades antes de proferirmos nossas petições (Mt 6. 24ss).

É imprescindível lembrar: não é a continuidade e o futuro da instituição eclesial que devemos buscar, mas o Reino de Deus. Se esta for nossa intenção última, então tudo o que necessitamos nos será “acrescentado” (Mt 6.33).

Ora, se vivemos da riqueza e dos recursos divinos, então, antes de qualquer ação, somos impelidos à oração que interpela o Pai bondoso com a pergunta: “como nos deseja utilizar na edificação de teu Reino? Quais as tuas prioridades, as visões para a atuação de tua igreja?”

Central para a teologia da Reforma é a certeza de que igreja nasce e se desenvolve a partir da Palavra de Deus. Para Lutero, trata-se do cumprimento da promessa de Deus formulada em Is 55.11: *“assim será a palavra que sair da minha boca: não voltará para mim vazia, mas fará o que me apraz e prosperará naquilo para que a designei.”*

Deus é o sujeito de todos os processos de criação e recriação de comunidade cristã. E ele deseja valer-se da colaboração de seus filhos e filhas. Deseja agir em reciprocidade. Este fato é a despedida dos ideais de onipotência humana que redundam em ativismo patológico, mas também é a despedida do desleixo e do diletantismo.

Diante de todos os desafios que o tema da sustentabilidade impõe à igreja de Cristo, vale deixar ressoar a palavra do Senhor em nossos corações: *“Não temais, ó pequenino rebanho; porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu reino”* (Lc 12.32).